As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem *a priori*)

The Theoretical Trends Within The Brazilian Agrarian Geography (A contribution to the theoretical criticism, without *a priori*)

Las Corrientes Teoricas en la Geografía Agraria Brasileña. (Una Contribución a La crítica teórica, sin *a priori*)

Antonio Thomaz Junior*

FCT//UNESP -Presidente Prudente

thomazjrgeo@terra.com.br

*Pesquisador PQ/CNPq;
Coordenador do CEGeT

Resumo: As correntes de pensamento em Geografia Agrária registraram mudanças ao longo do tempo que, em via de mão dupla, ecoaram e influenciaram os tensionamentos e disputas políticas no âmbito dos "novos rumos da geografia brasileira". Já em meados dos anos 1970, as filiações daqueles que compunham seus quadros, suas respostas à sociedade em plena ditadura militar, assim como as atrocidades praticadas contra sindicalistas, lideranças populares, dirigentes de partidos políticos de vanguarda etc., produziam repercussões para os iniciantes, estudantes etc. Dessa forma, os enfrentamentos que expressaram as manifestações populares, e ainda o processo perverso de expropriação/expulsão dos camponeses, seguido também do crescente empobrecimento desse segmento, para os que permaneceram na terra, assim como os que foram ocupar terra em outras regiões mais distantes, e àqueles engrossaram as cifras dos cinturões de pobreza nos centros urbanos, em busca de emprego, é o *pano de fundo* dos estudos que catalisaram as correntes da Geografia agrária no Brasil.
O fato de termos uma questão agrária no Brasil, habitada pelas contradições e polêmicas históricas renovadas nos últimos anos pelos efeitos irradiadores do destrutivismo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas através do agronegócio, em particular na primeira década do segundo milênio, podemos afirmar que, seja qual for a formulação que se assuma, é necessário ampará-la teórico-conceitual-político-ideologicamente, para não apostar mero jogo de palavras e definições *a priori*.
Palavras chave: Geografia agrária; questão agrária; movimentos sociais rurais; correntes teóricas

Abstract: The trends of thinking within the agrarian geography show changes over the time that have both echoed and influenced the political tensions and disputes inside the "Brazilian geography new routes". Since the middle of the 1970s, the enrolment of those who made up their personnel, their answers to society during the military dictatorship, as well as the atrocities practiced against syndicate members, popular leaderships, and vanguad political party directors have caused effects to the students, beginners, etc. Thus, confrontations that expressed the popular manifestations, the evil process of expropriation or expulsion of the peasantry that originated an increasing impoverishment of that group, whether those who remained in the country or those who occupied other distant regions and those who looked for a job and enlarged the number of poverty belts surrounding urban areas, are the background of study that boosted the trends within the Brazilian agrarian geography.
Since there is an agrarian issue in Brazil, which is full of contradictions and old discussions, recently renewed by the irradiating effects stemmed from the destructive development of the capitalist productive forces linked to the agricultural business, especially during the first decade of the third millennium, we can say that, whatever the assertion is argued, it is necessary to support it theoretically-conceptually-politically-ideologically in order to avoid staking in *a priori* word and definition game.
key words: Agrarian geography; agrarian issue; rural-social movements; theoretical trends.

Resumen: Las corrientes de pensamiento en la Geografia Agraria han sufrido cambios con el transcurso del tiempo que, duplamente, hicieron eco e influenciaron las tensiones y disputas políticas en el contexto de "los nuevos rumbos de la geografia brasileña". A mediados de los años 1970, los miembros que componian los cuadros de aquella geografia, las respuestas dadas a la sociedad en plena dictadura militar, así como las atrocidades practicadas contra sindicalistas, líderes populares, dirigentes de partidos políticos de vanguardia etc, repercutieron en los iniciantes, estudiantes etc. Desta forma, los enfrentamientos que expresaban las manifestaciones populares, inclusive el proceso perverso de expropiación/expulsión de los campesinos, seguido del creciente empobrecimiento de este grupo que permaneció en la tierra o fue a ocupar tierra en otras regiones más lejanas y aquellos que unieron a las cifras de la pobreza en los centros urbanos en busca de empleo, componen el pano de fondo de los estudios que catalizaron las corrientes de Geografia Agraria em Brasil.
El hecho de existir uma cuestión agraria em Brasil, poblada de contradicciones y polémicas históricas, que han sido renovadas en los últimos años por los efectos irradiadores del destructivismo del desarrollo de las fuerzas productivas capitalistas por médio del agronegocio, en particular en la primera década del segundo milênio, nos permite afirmar que, sea cual sea la formulación que se asuma es necesário ampararla teórico conceitual político ideologicamente, para apostar apenas en un mero juego de palabras y definiciones *a priori*.

Palabras clave: Geografia agraria; questión agraria; movimientos sociales rurales; corrientes teoricas

Introdução*

Esse tema suscita algumas preocupações, pois normalmente há uma expectativa que qualquer iniciativa revele um rol de autores e suas filiações teórico-metodológicas e filosóficas, com destaque para aquelas que mais se notabilizam, suas publicações, as unidades universitárias que sediam os núcleos de pesquisa/pesquisadores e sua irradiação e portanto, os espaços de domínio de cada uma delas. Sem contar que ao longo do tempo no entorno da consolidação das correntes de pensamento em Geografia Agrária foram se acumulando preconceitos, *a prioris*, que deixaram/deixam suas marcas de forma mais evidentes no empobrecimento do debate teórico e no distanciamento de relações entre os intelectuais.

Inegavelmente, com fortes traços no materialismo histórico e dialético, nos estudos de cunho positivista-funcionalista, nos referenciais neopositivistas ou da Geografia quantitativa, esse é o canteiro no qual se cultiva os resultados das pesquisas, dos ensaios etc. Visto por esse ângulo as dificuldades se ampliam quando nos propomos a refletir o que se aponta para a Geografia Agrária no século XXI.

Também é importante registrar a celeuma em torno da denominação Geografia Agrária, se o que o prevalecia nas análises estava muito vinculado à produção agrícola, distribuição dos cultivos, e não necessariamente às questões sociais. (FERREIRA, 2007).

É necessário ponderar que as diferenças e semelhanças entre o rural, o agrário e o agrícola não se resumem somente às suas respectivas formas espaciais, mas conjuntamente o sentido e o conteúdo que o trabalho agrega e faz a diferença a cada uma delas. Ou seja, enquanto o rural pode conter o agrário e o agrícola, tendo em vista que se define pela delimitação territorial determinada em lei pelo Estado, o agrário tem a ver com os componentes sociais e políticos (sistema de propriedade, posse, herança), relações de trabalho, fundiário [estrutura, (des)concentração, os conflitos decorrentes], econômicos e de natureza mais duradoura na definição do que se produzir em área previamente demarcadas, que por sua vez também contempla os elementos do rural, mas extrapola sua delimitação espacial. Já o agrícola está estreitamente vinculado com as práticas técnico-operacionais de preparo, plantio, tratos, distribuição das culturas, colheita, enfim com a produção e produtividade agrícolas.

Embora seja inegável que estejam ocorrendo uma série de transformações no mundo rural brasileiro, não se deve deixar de observar que inúmeras características históricas deste permanecem intocadas, como a absurda concentração fundiária, a miséria predominante na população rural, reservada à reprodução simples e não atingida pelas políticas públicas, e a exploração do trabalho no campo, nas quais reproduzem-se relações de trabalho arcaicas que incluem até a escravidão. Daí as explicações da violência que acompanha a questão agrária no Brasil, expressa no massacre de sem terras, nas invasões de terras indígenas por garimpeiros, madeireiros e fazendeiros e na constante expulsão da terra dos posseiros que desbravam as áreas de fronteira, perseguidos por grileiros e seus jagunços. Generalizando, seria o mesmo que dizer que a questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. (FERNANDES, 2008).

Portanto, ao falarmos do rural brasileiro, devemos sempre lembrar destas tristes marcas antes de tentarmos identificar o que está movendo-se neste, até porque, estas permanências não significam imutabilidade, pois redefinem-se permanentemente as formas pelas quais o latifúndio se reafirma, a exploração do trabalho se refaz e a violência no campo se reproduz no Brasil, mediante, perseguições, mutilações, mortes, formas assemelhadas a trabalho degradante e escravo etc.

Mas tendo podido vivenciar as experiências que se passaram na Geografia brasileira

* Esse texto foi motivado, inicialmente, para a preparação do concurso de livre docência, realizado em julho de 2009 (ver: Thomaz Junior, 2009), e também contém os resultados das pesquisas que estão em consecução com o apoio do CNPq (Editais: Universal, Ciências Humanas, e Produtividade em Pesquisa).

desde os primórdios da renovação[1], a partir de 1980, com o advento do que ficou denominado de Geografia crítica ou Geografia nova, em contraposição à Nova geografia, denominação traduzida do inglês *new geografy*, que aqui ganhou a denominação de neopositivista. Essa denominação Geografia crítica não é do meu agrado[2], e pouco a pouco essas denominações produziram muitas confusões, um embaralhamento das discussões e dificultou a explicitação dos posicionamentos político-ideológicos, sendo que quase tudo, em Geografia, para não incorrer em exageros ou em injustiças, fora classificado como crítico numa clara alusão/vinculação ao materialismo histórico e dialético, o que nem sempre se fez verdade. Lamentavelmente os estragos foram muito grandes e até hoje esse assunto se apresenta nos eventos, aulas e as marcas dos anos 1980 ainda permanecem, mas é claro que muito se avançou, mas muitas pessoas se escondem atrás das vestes da Geografia crítica para vender ideias que minimamente toquem em temas transversais facilmente identificáveis, tais como sociedade de classes, relações sociais de trabalho, mudanças sociais etc. É evidente que esse assunto merece mais atenção e não é para agora, mas seguramente, se consultarmos os anais dos eventos de 1980 para cá, com as atenções voltadas para o temário agrário, essas marcas vão se mostrar, da mesma forma que os assuntos do momento. Ainda que não estejamos defendendo o abandono dos referenciais teórico-metodológicos academicamente reconhecidos, queremos acrescentar que outros aspectos devem ser considerados.

As correntes como identidade teórico-ideológica...?

Apenas alguns exemplos podem ajudar a entender melhor as demarcações que ficaram por algum tempo como insígnia das correntes teóricas na Geografia agrária.

Bray (2008) ao considerar na sua análise a coincidência da predominância da orientação metodológica positivista, do liberalismo político como doutrina, a abordagem organicista como prática, e a fundamentação funcionalista na sociedade brasileira, que se fizeram presentes no momento da criação dos cursos de Geografia no Brasil, em 1934, em São Paulo e em 1935 no Rio de Janeiro, nos diz que, tudo isso compôs os valores da época que por sua vez, povoaram a formação dos profissionais, em meio, por exemplo, o papel das oligarquias na vida social e nos valores culturais.

A prevalência da ciência neutra e apegada aos valores burgueses como universais consolidou o pensamento positivista e liberal e na Geografia materializou-se no complexo geográfico ao longo dos anos 1940, 1950 e parte dos 1960 (como se fosse uma sínteses dos fatos que ocorrem em um determinado local), e através dos gêneros de vida, os geógrafos agrários desenvolveram investigações sobre os tipos de agricultura, prevalecendo as atenções sobre as paisagens rurais, os regimes agrários, os tipos de produção, enfim os gêneros de vida vinculado aos agricultores e criadores.

O principal a ressaltar das observações de Bray (2008) e é o que vai prevalecer na Geografia brasileira como um todo, é que a Geografia estudava os fenômenos agrários, mas não os movimentos agrários, as ações organizadas dos trabalhadores, e o autor ressalta que os referenciais eram fundamentados nos geógrafos agrários europeus.

O professor Orlando Valverde, talvez seja um desses exemplos, sobretudo suas primeiras obras, em seu artigo Metodologias da Geografia Agrária (1964), republicado em Campo Território (n.1, v.1, 2006), adverte que para a Geografia o que se colocava como fundante era explicar como se distribuía todo um conjunto de atividades agrícolas no mun-

[1] Período inaugurado com as rupturas ao que prevalecia consoante à manutenção das atenções aos assuntos distanciados das efetivas demandas e assuntos emergenciais, tais como: liberdades democráticas, redemocratização do país, fim da ditadura militar.

[2] Isso se deve a uma marca que pouco ou quase nada explicita em relação às rupturas que foram demandas e protagonizadas por aqueles que entendiam que a Geografia poderia mudar sua rota de ação, voltada para as lutas e demandas dos movimentos sociais, desde melhorias da qualidade de vida, emprego, reforma agrária etc, Isto, pois, ao entorno dessa denominação ingressaram todos aqueles que por algum motivo mantinham insatisfação com os posicionamentos reinantes, sem que isso significasse opção pautada em referencial teórico-político-ideológico afinado com as rupturas.

do, seguindo as indicações de Leo Waibel (1958), de que o estudo da diferenciação regional da superfície da terra estava para a Geografia como objeto central de pesquisa, ao bom estilo da Geografia da época, sem tocar nos conflitos sociais, nas polêmicas teóricas e políticas efervescentes. No entanto, se tomarmos sua contribuição e seu prestígio como um dos principais geógrafos alemães no período entre-guerras, podemos concordar com (ETGES, 2000) que suas abordagens permitiram grandes avanços para a Geografia de modo geral e para a brasileira em particular, sobretudo os estudos sobre a descrição dos relevos e das paisagens.

A descrição de boa qualidade de Valverde ultrapassa os limites das explicações empíricas e revela a intenção de relacionar o grupo social e a natureza, associando a Geografia agrária à Geografia econômica, ainda que considerasse o homem individualmente. (VALVERDE, 2006). Mas o geógrafo carioca é o precursor juntamente com Manuel Correia de Andrade de termos como relações de produção, influência da economia política, modo de produção para diferenciar os objetivos da produção capitalista das culturas de subsistência, na nascente Geografia agrária brasileira. (Esse assunto encontra-se detalhado no livro do autor "O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. 1975).

Mas é nesse contexto que comparece em cena o geógrafo Manuel Correia de Andrade que rompe claramente com a neutralidade imposta pelo positivismo da ciência brasileira e foi o pioneiro ao trazer para o interior da Geografia os movimentos sociais agrários do Nordeste, em particular as Ligas Camponesas, e também mantinha um diálogo de muita proximidade com Caio Prado Jr, intelectual e militante marxista, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Sua obra *A terra e o Homem no Nordeste* , popularizou sua ideia central de Geografia, mas fortaleceu a necessidade de se priorizar nas pesquisas em Geografia agrária as diferentes faces dos problemas agrários, como eram tratados na época.

Essa feliz vinculação dos estudos de Manuel Correia de Andrade e de Caio Prado Jr. (primeiramente com *A Questão Agrária no Brasil* e depois com a *Revolução Brasileira*) sacudiu o conservadorismo positivista predominante na Geografia brasileira e motivou os primeiros embates públicos com outros intelectuais de esquerda, como Alberto Passos Guimarães, também filiado ao PCB, mas para quem o atraso econômico e social no Brasil era explicado pelos restos feudais, o que era totalmente contrariado por Prado Jr.

Mas é exatamente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, em meio a esse debate politizado que se consolidaram no Brasil os referenciais em uso nas análises da agricultura dos Estados Unidos e países europeus, influenciado pelo neopositivismo, que tinha como trunfo explicar o avanço das relações capitalistas, a urbanização e a industrialização do campo, as matrizes e classificações agrícolas, as tipologias agrícolas (DINIZ, 1973). É desse processo que consolida na Universidade Estadual Paulista (NESP) de Rio Claro e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dois grupos que demarcaram posição e construíram referenciais que desconsideravam totalmente as lutas, as principais demandas dos movimentos sociais à época, como reforma agrária, regularização fundiária, repartidarização, liberdade aos presos políticos e liberdade de imprensa etc. A Geografia agrária focada pelas lentes neopositivistas, dos modelos matemáticos, absorveu a precisão dos modelos explicativos e ignorou totalmente os conteúdos sociais dos estudos agrários.

É no interior dessa corrente da Geografia agrária, denominada de neopositivista ou quantitativa, que no final dos anos 1970, começa a comparecer intelectuais que defendiam a necessidade dos geógrafos agrários brasileiros se *descolonizarem* e passarem a priorizar os temas e assuntos que ocupavam a cena política nacional, e portanto, realizarem estudos para construir suas próprias referências e desapegar-se dos geógrafos agrários estrangeiros, tais como Leo Waibel, Elio Migliorini, Pierre George. (BRAY, 2008). Essa trajetória foi muito tensa, mas os primeiros resultados desse processo ocorreram nas primeiras edições do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), totalmente controlado pelos pesquisadores da UNESP/Rio Claro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e IBGE, mas que foram sendo pressionados a abrir as portas para os intelectuais que não comungavam das mesmas ideias e que entendiam que o campo explodia em conflitos e que o "espaço geográfico estava desabitado da realidade brasileira" (Pronunciamento do professor

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, durante a XII Semana de Geografia, Rio Claro, 1981).

Os nomes que mais se destacavam à época e que faziam eco contrário à Geografia agrária quantitativa eram: Sérgio Salomé Silva, José Graziano da Silva, ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Oriowaldo Queda, na Escola Superior de Agronomia "Luis de Queiroz" (ESALQ), José de Sousa Martins, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), numa época em que estava totalmente comprometido com os movimentos e era assessor da CPT, e o jovem geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (UNESP/Rio Claro e depois FFLCH/USP).

...E os tensionamentos de uma época em plena ebulição e as demarcações na Geografia agrária...

Mas é muito importante mostrar que essas mudanças da Geografia agrária repercutiram o que estava ocorrendo em nível nacional em toda a comunidade geográfica, nucleada em torno dos tensionamentos e disputas políticas sobre os "novos rumos da geografia brasileira", suas filiações, suas respostas à sociedade em plena ditadura, a eclosão de manifestações populares, os efeitos nocivos do êxodo rural, os sindicatos e os partidos de esquerda proscritos, lideranças e dirigentes assassinados, perseguidos, exilados, a crescente urbanização dos grandes centros urbanos e a piora da qualidade de vida dos trabalhadores, o empobrecimento dos camponeses que permaneceram na terra ou que foram ocupar terra em outras regiões mais distantes. E até parece coincidência, foi o período que mais se direcionou recursos públicos subsidiados para a agricultura capitalista, enfim alavanca privilegiada para a mecanização/industrialização do campo, fato marcante para os geógrafos quantitativos tão deslumbrados com esses sinais de *progresso*.

Ainda que localizada no ambiente acadêmico, mais precisamente na Universidade de São Paulo, e na esfera de atuação política da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Nacional), esses assuntos foram sendo disseminados pelo país, e mesmo sem *internet*, irradiou-se um clamor geral por mudanças a começar pela própria AGB, sua composição, organicidade, atuação política na sociedade e na comunidade geográfica, o que veio a ocorrer no III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado em Fortaleza, em 1978, e que na rabeira foi abrindo espaço para as mudanças mais marcantes e que depois foram se cristalizando para os diversos cantos do país. O papel do movimento estudantil na Geografia, os Diretórios e Centros Acadêmicos, a União Paulista dos Estudantes de Geografia (UPEGE), à época já sob controle dos estudantes da USP, UNESP/Rio Claro, UFRJ, UFF também foram protagonistas desse processo.

Nesse momento de disputas de ideias mais acaloradas, e que redefiniu, concretamente, os rumos da Geografia brasileira, não é o caso de recontarmos essa história e citarmos os nomes, mas nesse é imprescindível que destaquemos: Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Beatriz Pontes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armem Mamigonian, Ruy Moreira e tantos outros. A partir dos resultados do I Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e das disputas políticas sediadas na sua pauta, a multiplicação desse processo nos tantos cursos de graduação em Geografia espalhados pelo país, num momento em que os únicos livros de Geografia que nos possibilitavam a pensar na radicalidade do método e das transformações sociais que tanto almejávamos eram A *gografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*, na verdade uma tradução de autoria desconhecida, de 1979; e *Por uma geografia nova*, de Milton Santos, na verdade uma coletânea de textos que escreveu ao longo dos anos 1960 e 1970 e que publicara em outros veículos, depois em 1982, *Teoria crítica* (O saber posto em questão), uma coletânea de artigos, de autoria particularmente dos autores signatários das mudanças na condução política da Geografia brasileira, organizado por Ruy Moreira, e ainda em 1982 a coletânea *Novos rumos da Geografia Brasileira*, organizado pelo professor Milton Santos. Essas obras marcaram época e foram o abre-alas do movimento de mudança da Geografia brasileira.

Talvez não fosse necessário irmos tão longe no recorte histórico apenas para demarcar as principais correntes teóricas na Geografia brasileira, mas se esse esforço é necessário até para provar que as nomenclaturas que utilizávamos nos anos 1980/90 já não ajudam

mais explicar o que se passa com a Geografia agrária, os recortes, os assuntos em pauta e o principal de tudo, as opções teórico-metodológicas dos autores, que sem os carimbos habituais continuam fazendo apostas políticas, ajudando a construir projetos de sociedade, seja qual for seu alvo e é isso que queremos amarrar como questão central para essa reflexão.

Nessa seqüência histórica uma nova geração de geógrafos foi se formando, inclusive eu mesmo, e o envolvimento com as discussões que na época povoavam as ciências sociais, os cientistas sociais, as publicações clandestinas e as que tivemos acesso a partir da militância partidária, para alguns na clandestinidade.

O principal laboratório das discussões sobre Geografia se deu fora dos bancos universitários, isto é, durante os anos 1980 foram os ENGs, o engajamento nas lutas políticas da época, tais como a repartidarização, transição pelas liberdades democráticas, Diretas Já, as lutas dos assalariados, num momento de eclosão do movimento sindical, primeiramente os metalúrgicos do ABC paulista e dos professores de Belo Horizonte e depois a disseminação para várias outras porções do território brasileiro, no que ficou denominado de "novo sindicalismo", a "Greve de Guariba", em maio de 1984, que deixaram saudades. E o que mais nos interessa para o tema em questão, a emergência e o fortalecimento das lutas dos assalariados e camponeses por todos os cantos do país ainda estavam ausentes dos estudos de Geografia agrária, sendo, pois, as atenções estavam voltadas para os processos de modernização da agricultura que encantavam os pesquisadores afixionados nos modelos interpretativos, previamente preparados e com forte apoio estatístico e, portanto, científico para a época. (FERREIRA, 2001). Mas é exatamente nesse momento que os resultados apresentados pelas novas gerações que se formaram no ambiente do racha e da virada da Geografia, é que os movimentos sociais começam a fazer parte dos estudos e a ocupar protagonismo nas pesquisas dos geógrafos, com os estímulos de pesquisadores consagrados na época.

É bom lembrar que essa nova geração de geógrafos à qual fiz menção optou por continuar os estudos, pois entendeu que somente as pesquisas poderiam ajudar a demarcar outras referências teórico-metodológicas para a Geografia e não apenas continuar apostando nos discursos e conferências que afirmavam em uníssono essa preocupação. Num momento em que havia somente três programas de Pós-Graduação em Geografia, no Brasil (UNESP/Rio Claro, USP e UFRJ), não foi tarefa fácil para vários colegas seguirem a tomada de posição da especialização e das pesquisas.

Mas com todos os problemas e disputas ferrenhas que se espalhavam na época entre esses principais centros de Geografia do país, ou mais propriamente entre os professores que os compunham, foi possível construir uma qualificação desejada para a época para poder levar para outros cantos do país a oxigenação dos debates, a ampliação das novas referências, e para muitos de nós, defender com sustentação/sustentabilidade nas pesquisas. Essas, centradas no materialismo histórico e dialético enquanto fundamento metodológico e as teses marxistas, transformadoras e emancipatórias na política, ou seja, não desacoplando o que é essencial para a radicalidade da construção do socialismo, elo esquecido e totalmente modificado, (re)temperado, (re)tintado pelo movimento que se alastrou a partir da virada dos anos 1970, com a renovação da Geografia brasileira sob a insígnia da Geografia crítica, tanto via Universidade, como também via o ensino médio e fundamental, hoje ainda presente.

Entretanto, nada disso teria sido possível se uma geração de geógrafos, sem correr o risco de ser condenado por algum esquecimento, a começar por aqueles que já foram citados por estarem na linha de frente dos enfrentamentos político-ideológico-científicos, não se dedicasse a pesquisar, estudar e escrever, portanto ampliar a interlocução interna. À época, alvorecer dos anos 1980, se destacam também as publicações avulsas de Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Horiestes Gomes, Armando Correia da Silva, Lea Goldstein, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Douglas Santos, Arlete Moisés Rodrigues, Antonio Carlos Robert de Moraes, José William Vesentini, Wanderlei Messias da Costa.

Não poderíamos ficar presos somente às publicações, nesse momento da história porque as obras (livros, artigos de livros, revistas), tiveram muita importância, mas as

intervenções públicas também. Por isso a esses nomes se juntam tantos outros: Manuel Fernando Gonçalves Seabra, Odete Seabra, Gil Sodero de Toledo, João de Castro, Armen Mamigonian, Beatriz Maria Soares Pontes, Silvio Carlos Bray, Mirna Terezinha Rego, Diamantino Pereira, Gaetana Paladino de Brito e tantos outros.

...Para além das trincheiras acadêmico-universitárias, as correntes teóricas em *xeque*...

Na sequência desse movimento muitos estudantes e professores foram se juntando ao ideário emancipatório predominante, principalmente naquele momento do regime militar pessoas de todo o país, que seria difícil afirmar onde não havia defensores dessas teses. Tanto isso é verdade que o maior empecilho para o avanço das discussões dos novos referenciais e ideias que se norteavam na Geografia brasileira nos início dos anos 1980 não tiveram somente como oposicionistas os professores e talvez até estudantes, mas as instituições propriamente ditas, os Departamentos, os Institutos, as Faculdades, os grupos organizados internamente em torno de Opus Dei, Maçonaria, Arena (1 e 2) MDB (1 e 2) - à época estava prescrito as sublegendas - e as estratégias de subserviência ao regime militar etc.

Sentiram que não eram somente os conceitos os referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos que estavam sendo questionados e passavam por intensa modificação, debates e mobilizações por todos os lados, mas eram seguidos de discussões mais gerais sobre a sociedade que se queria construir no Brasil. As liberdades democráticas, eleições diretas, as representações estudantis nos órgãos colegiados, a repartidarização, a freqüência do debate político nos campus universitários sem perseguições e proibições, a inserção nas pautas a realidade dos movimentos sociais (sindical e luta pela terra), as bandeiras da reforma agrária em alta, as campanhas para libertação de presos políticos que eclodiam pelo país, e a Geografia totalmente à parte até então. A qualidade das aulas, realização de concurso público para contratação de professores jovens, o por que de se fazer Geografia, mercado de trabalho, atuação do geógrafo, criação de seções locais da AGB, implementação das deliberações políticas dos ENGs etc.

Como já afirmamos anteriormente, o movimento estudantil não foi importante somente na criação das condições para os debates e para que os enfrentamentos ocorressem, ou na agitação, mas de forma particular na implementação das ações políticas nos diferentes lugares, ou seja, na propaganda e na multiplicação dos debates. Por isso a cada ENG que se sucedia e Congressos da AGB todos esses temas polêmicos habitaram as pautas, monopolizavam as plenárias, e posso dizer, com segurança que até hoje, apesar de termos outros assuntos para discutirmos, estes contemporâneos do III ENG, da "virada da AGB" ainda movimentam os ânimos, mas já se passaram 30 anos e as gerações mais novas, em alguma medida foram *contaminadas*. Fato é que na oportunidade do IX ENG, realizado em 1998, fundamentamos o eixo político do Evento sobre a formulação 78 + 20; e o XV ENG, realizado em 2008, e ainda permanecem ranços, divergências sem fundamentação etc.

O debate filosófico potenciou o interesse dessa geração e fomentou e incentivou as gerações mais novas da necessidade dos aprofundamentos, tanto é que os ENGs e os encontros de âmbito regional e local se ocuparam dos assuntos que compõem essa temática. Se não bastassem as dificuldades para avançar nesses assuntos numa ciência que refazia seus caminhos e dava os primeiros passos para a edificação epistemológica e científica, teórico-metodológica capaz de dar suporte às questões sociais que compunham as pautas dos movimentos sociais nos vimos envolvidos no estigma Geografia física x Geografia humana. Essa fissura, com as manchas e os respingos desde a ruptura de referência política da AGB/ Nacional, em 1978, durante o II ENG, com acusações mútuas, mas o que predominou durante décadas foi a acusação de que os marxistas, que saíram vitoriosos da "virada de 1978" negligenciaram os geógrafos físicos só porque eram positivistas. (Pronunciamento de Manoel Correia de Andrade, durante a abertura do III ENGA, 1980).

Esse assunto, infelizmente, ainda ocupa lugar em alguns eventos, mas já se encontra desprestigiado, desgastado, até porque proporcionou pouca contribuição, apenas a retoma-

da de rancores e discordâncias que ganharam muito mais o endereço pessoal do que teórico, político, ideológico. Inegavelmente contaminou as demais áreas como as discussões sobre Geografia agrária, porque em algum momento as formas de utilização da terra, a dinâmica dos relevos, a disponibilidade hídrica se imbricava com os processos sociais de trabalho, de ocupação, formas de luta, e alguma acusação de qualquer lado (Geografia humana ou Geografia física) comparecia para indicar que o tratamento equivocado desse ou daquele conceito se devia por incompetência, ou então somente a cobrança e o comentário em público já era suficiente para manchar as relações etc.

Tanto é que exatamente na mesma época os geógrafos alinhados com a Geografia quantitativa, na época assim denominada e identificava os colegas da UFRJ, UNESP/Rio Claro, IBGE e já nos anos 1980 a Universidade Federal de Sergipe, organizaram em 1978 o I Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Aracaju.

Não é o caso de estendermos críticas à realização do Evento, mas sim tomar esse exemplo para demarcar que politicamente se construíam outras trincheiras, que se beneficiaram também de todo o movimento de renovação, mas que nesse caso sem muita relevância porque se tratavam praticamente das mesmas pessoas que controlavam a AGB anteriormente e que entendiam que os debates deveriam ser circunscritos aos pesquisadores, à época também chamados de catedráticos, e que os estudantes e professores fossem apenas coadjuvantes de uma produção que deveria ser eminentemente acadêmico-universitária. A validade desse evento, e os anais o comprovam é que ao assumirem a discussão da problemática agrícola no Brasil que se modernizava, se preocupavam com as metodologias para a Geografia agrária brasileira e a formação do geógrafo agrário no Brasil (GALVÃO, 2007).

Foi proibitivo nesse Evento, e não somente a programação revela, mas em conversas com colegas que participaram os assuntos que povoavam a conjuntura política comandada pelos órgãos de repressão, pelo autoritarismo e a não identidade/proximidade dos estudos agrários com os movimentos sociais. À época, para *não fazer feio*, os movimentos sociais, tais como as greves de canavieiros em Pernambuco, as lutas camponesas espalhadas pelo Brasil, eram tratados de forma contemplativa, com sentimento de comiseração, diante de alguma denúncia, e nada mais. Isso, sem contar que as listas de participantes comprovam a presença de professores e estudantes de pós-graduação de vários estados do Nordeste.

...E o necessário rompimento com os *a prioris*...!

Tarefa muito difícil, mas foi assim, em meio a esse embaralhamento de concepções, de novas denominações, de nomenclaturas que procuravam escapar dos estereótipos de neopositivista, marxista, culturalista, que a Geografia agrária foi ampliando seus horizontes de discussão para diversos lugares até fora de alcance, exatamente porque a segunda e a terceira gerações cumpriram o papel de realizar os objetivos da pesquisa com mais ênfase. Isso ficou tão evidente que até os defensores mais tenazes do neopositivismo, reconhecem que ao entorno deste "[...] projeta-se novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia agrária, o que se mostra permanente e contínuo. (GALVÃO, 2007, p.37). De fato, o que ficou disso é muito mais do que embaralhamento, ou seja, confusões conceituais, teóricas, ideológicas, sejam travestidas das marcas da Geografia crítica ou não, que obliteram compreensões sobre as distintas posições dos geógrafos agrários que sobretudo, em eventos tentam aproximar posicionamentos.

Mas é evidente que essas discussões foram sendo renovadas ano a ano e atualizadas nos bastidores e em algumas situações pontos de pauta das Mesas Redondas e das plenárias dos ENGs. Em uma década ocorreram mudanças marcantes na Geografia de modo geral no Brasil, não somente pela dimensão quantitativa de novos cursos, mais estudantes, mais professores, mais livros e periódicos publicados, mais eventos, mas sobretudo pela maior participação dos geógrafos, dos estudantes e professores no debate público e por se proporem repensar os referenciais teórico-metodológicos-ideológicos, valendo, pois, destacar que houve a convivência de uma pluralidade de posicionamentos, tumultuada, diga-se, mas presente.

Isso se diferencia do que ocorreu de forma explícita nos anos 1940, 1950 e 1960, com a predominância da Revista Brasileira de Geografia (IBGE), disponível para os pesquisadores da instituição e convidados pelos editores, as publicações da AGB, com destaque para o Boletim Paulista de Geografia (AGB/SP), e depois nos anos 1970 a Revista Geografia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro, o Boletim Carioca de Geografia (AGB/RJ) e outros, que restringiam acesso a autores e ideias que não aquelas defendidas pelas respectivas linhas editoriais.

Foi somente nos anos 1980, por isso o destaque dessa década como marcante para a Geografia brasileira, que surgiram outras tantas linhas editoriais, como o Caderno Prudentino de Geografia (AGB/Presidente Prudente), Revista Terra Livre (AGB/Nacional); fortalecimento do Boletim Paulista de Geografia, e uma série muito grande de outras publicações, a maioria vinculadas à AGB, mas também independentes. A Geografia agrária disputava espaço com as demais subáreas de especialização nesses periódicos, mas a Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) sempre esteve à disposição, o mesmo ocorrendo com outras vinculadas a cursos, associações profissionais e/ou departamentos universitários. Nos anos 1990 a 2000 as linhas editoriais tiveram uma amplitude ainda maior, tanto impressas quanto eletrônica, destacando-se para a Geografia agrária, a Revista Pegada, a Revista Nera, ambas vinculadas à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP/Presidente Prudente), Campo Território, Revista Agrária, do Laboratório de Geografia Agrária da USP.

É por essa via de mão dupla que se construiu essas novas relações, ou seja, os cursos de graduação de várias Universidades públicas (estaduais e federais) passam a ocupar papel de extrema relevância nos debates políticos internos e externos à comunidade, da mesma forma que os professores dos ensinos fundamental e médio, fomentados nos ambientes acadêmicos, particularmente na seara dos novos programas de Pós-Graduação que foram se implantando e ajudando a divulgar as novas ideias, estudos e posicionamentos sobre a questão agrária no Brasil.

Os professores formadores dos anos 1980, vinculados aos núcleos de Pós-Graduação e as gerações seguintes não tinham noção de que a Geografia no Brasil já tinha outra cara, e essa era a expressão que utilizávamos para demarcar posição política. Esses pioneiros, muitos dos quais ainda na ativa, permitiram a mim e a minha geração que abraçou os desafios de ajudar a construir uma Geografia libertadora/emancipadora e comprometida com a radicalidade anticapital, a edificar novos caminhos. Dessas experiências mediatizadas por essas referências, assim como tantas outras, com outros enfoques, temos hoje no Brasil, formas diferentes de organização dos estudantes e pesquisadores em Geografia, e seja qual recorte for, no que denominamos de Grupos de Pesquisa, podendo também ser denominados de Laboratórios etc.

Nessa última década, de forma mais enfática, a figura dos Grupos de Pesquisa, que veio antes das exigências do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para concorrer a financiamentos, bolsas de pesquisa, hoje é uma realidade/exigência institucional, inclusive os professores que estão fora dessas instâncias não têm direito a pleitear bolsas de estudos, afastamentos etc. Portanto, as nomenclaturas que utilizávamos para classificar as correntes teóricas em Geografia agrária já não têm mais significado prático e analítico nenhum. O que existe, com todas as palavras, é que permanecem as tomadas de posição, a defesa de ideias, os posicionamentos do ponto de vista ideológico e de classe. Alguns chegam a dizer que é praticamente impossível delimitar e dar nomes às correntes teóricas ou do pensamento na Geografia agrária.

...Para se descortinar o que se esconde por trás da Geografia *crítica*...

O que é possível argumentar é que como já afirmamos as denominações de outrora já não dão conta porque onde estão os pesquisadores que seriam identificados com a Geografia teorético-quantitativa, onde estão os marxistas "puro-sangue", os historicistas? Diluíram-se na Geografia crítica, ou muitos continuam mostrando com todas as palavras, sem

rodeios, subterfúgios, o que pensam, que sociedade querem ajudar a construir?

É muito pouco mapearmos as principais correntes da Geografia Agrária (rural) brasileira apenas pelas identidades com as quais foram carimbadas ou identificadas às pressas por motivações diversas, desde heranças históricas até denominações localizadas. É necessário irmos mais a fundo nesse assunto para podermos efetivamente identificar os posicionamentos dos pesquisadores, adotando como referência central não somente os assuntos (até porque em alguns casos isso pode levar a enganos, devido aos modismos), mas quais são os posicionamentos teórico-ideológicos e políticos que norteiam suas reflexões. Aí sim haverá condições para se definir com mais clareza que o conceito o referencial teórico-metodológico de Geografia crítica confunde e não sinaliza clareza de entendimento e, portanto, o que se requer e tem que ficar em evidência é o posicionamento de classe do pesquisador. Não se trata dessa forma de mero jogo de palavras, mas de definições que possibilitem o avanço dos debates, mediante a defesa de teses e não a prevalência de preconceitos e *a prioris*.

Poderíamos reconhecer, para complexificar nosso assunto, que os impactos que a nociva mudança de referencial da política agrária rebateram nas correntes teóricas até então conhecidas. Isso não se identifica apenas com as mazelas dos dois mandatos do governo FHC, porém foi encampada pelo governo Lula. O mesmo modelo de gestão e controle do temário agrário consolidou-se e ignorou o ordenamento jurídico previsto na Constituição e em Leis Federais que regulam o cumprimento da função social da propriedade da terra (capítulo III, artigo 184 da Carta Magna). A continuidade também se efetivou com a adoção do instrumento de aquisição de terras pela lógica mercantil destinada às famílias sem terra ou com pouca terra, isto é, do Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), instituídos por FHC. Tem-se, em 2004, já no governo Lula, no âmbito do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a instituição do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substitui seus congêneres antecessores. Então, o Projeto Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, ou Cédula da Terra (PCT), que operou de 1997 a 2002, e inaugurou as experiências de Reforma Agrária de Mercado (RAM), foi reforçado, em 1999, pelo Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária, denominado de Banco da Terra, mas depois "oxigenado" pelo CFCPR, tendo, pois como herdeiro e seguidor da mesma linhagem política o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), instituído pelo governo Lula. (SAUER, 2008).

Com esses novos elementos que vem se fundamentando nas políticas públicas de desenvolvimento territorial (rural), amplia-se (agrava-se) ainda mais as possibilidades de combinações de posições e defesas de propostas para a questão agrária, tanto para resolvê-la quanto para ignorá-la.

Novas denominações comparecem com o propósito de oferecer recursos analíticos, como os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. O que se põe a saber é se permitem ou possibilitam a identificação do conteúdo do projeto de sociedade, os significados das disputas e dos conflitos no interior da sociedade de classes. Isto, pois, pode haver enganos ao identificar um pesquisador, um militante, sindicalista, como partidário da questão agrária por defender a reforma agrária, todavia pode radicar seu entendimento ou atrelar sua compreensão à via do mercado, como ainda, vinculá-lo às políticas compensatórias etc., aliás, recorrente nos últimos anos.

A esse respeito oferecemos ao debate algumas preocupações que entrecruzam as temáticas do trabalho e da questão agrária e que de alguma forma rebatem nas diferentes "leituras" da Geografia agrária e à fragmentação do conhecimento. Aqui priorizaremos apenas alguns exercícios teóricos sobre o movimento do trabalho ao despertar atenção dos pesquisadores (divisão científica do trabalho). As diferentes situações serão abordadas ou respeitarão as áreas e subáreas/especializações, ou seja, expressarão a fragmentação do conhecimento científico. Exemplo: 1) até quando o trabalhador era proletário um especialista se dedicava a essa situação/condição; 2) depois já funcionário de uma empresa terceirizada, cujo enquadramento sindical também muda, pois já não é mais metalúrgico, será objeto das atenções do especialista em atividades terciárias e prestação de serviços; 3) na sequência, como autônomo, ambulante, camelô, agora na informalidade, outro estudio-

so irá abordá-lo; 4) e quando atinge a condição de ocupante de terra ou mesmo de assentado, outros pesquisadores, agora dedicados à questão agrária se dedicarão a entender e explicar as demais especificidades do trabalho (camponês, posseiro, pescador artesanal, assentado, agricultor familiar, atingidos por barragens, índios, quilombolas, extrativistas etc.; 5) sem contar que essas expressões laborais/culturais podem vivenciar ao mesmo tempo, papéis diferenciados quanto à inserção laboral, à divisão técnica do trabalho, e da delimitação representativa dessas condições, como por exemplo, os assentados rurais que também trabalham no corte da cana-de-açúcar ou outras atividades enquanto assalariados ou não, que seriam os pluriativos; 6) ou o caso de encontrarmos no mesmo talhão de cana um trabalhador migrante, um cortador de cana especializado, um camponês tradicional, um assentado, um trabalhador informal egresso de experiências urbanas, enfim portadores de diferentes trajetórias (inserções na luta político-organizativa), experiências laborais (relações de trabalho) e procedências, mas que naquele momento estão sob o comando direto do capital.

A capacidade do capital em juntar diferentes externalizações do trabalho (no caso do cortador de cana-de-açúcar de diferentes origens históricas) para garantir sua reprodução ampliada não pode passar ao largo, e ser entendida somente do ponto de vista da expressão laboral/cultural, ou da forma abstrata de trabalho (assalariado) fetichizado mediante a mercantilização da mercadoria força de trabalho, seja no corte cana-de-açúcar, seja no quiosque do Mac Donalds, pois estaremos desconsiderando os elementos da subjetividade do trabalho, tão importantes para entendermos os tensionamentos e as disputas internas que movem as lutas e definem as ações de resistência e de confronto no âmbito da luta de classes.

...Para um recomeçar do debate em Geografia Agrária...

A riqueza da Geografia agrária no Brasil é tão importante que atualmente é possível mapearmos os principais problemas que requerem posicionamentos claros e emergentes de cada um de nós e que estão sendo estudados no âmbito dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia espalhados pelo país.

É desse rol de títulos e suas combinações que retiramos nossos aprendizados da Geografia agrária brasileira. Isto é, não estamos assumindo o compromisso de identificar se tal Grupo, ou autor(es) são mais dessa ou daquela corrente do pensamento (ideológica) por defenderem que o campesinato se mantém ou não na sociedade atual, se é somente o proletariado a classe revolucionária e capaz de combater o capital, ou até se temos ou não uma questão agrária no Brasil. Como já afirmamos anteriormente, essas nomenclaturas mais confundem do que esclarecem, e não necessariamente estaríamos nos tornando menos dogmáticos ao percebermos a importância da existência de diferentes formas de interpretar e estudar a agropecuária brasileira.

Temos sim que amadurecermos teórico-conceitualmente para travarmos debates a respeito das ideias que defendemos, que escrevemos, os trabalhos que orientamos, sem que isso tenha que ganhar uma nomenclatura própria, uma marca, mas que seja capaz de explicar/evidenciar nossos posicionamentos de classe. Isso ganha ainda mais evidência quando enumeramos os principais eixos, linhas de pesquisa ou temas/assuntos – seja em qual escala for – se individualmente se em nível de Grupos de Pesquisa, que estão sendo abordados em Geografia agrária e nas áreas transversais, no Brasil.

Para não fragilizarmos essas afirmações vamos listar apenas os principais temas/assuntos que se destacam no país: 1) Os estudos referenciados na realidade de vida, trabalho e luta do campesinato, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais no Brasil, desmatamento e pecuarização da Amazônia, sediados no Departamento de Geografia da USP; 2) os estudos que privilegiam a relação cidade-campo e as formas de resistência do Movimento dos Sem Terra (MST), bem como a luta pelos assentamentos rurais no Rio de Janeiro, e projetos alinhados às instâncias federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural (MDA/NEAD), fundamentados junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultu-

ra e Sociedade (CPDA/UFRRJ), e as pesquisas que começam a se consolidar junto à Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP) sobre as formas de resistência e de organização dos trabalhadores urbanos, desempregados, e a luta pela terra junto às instâncias de organização do MST e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na área metropolitana do Rio de Janeiro; 3) os estudos sobre os impactos sócio-territoriais dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema e demais experiências no Brasil e no mundo, as pesquisas que privilegiam os impactos da agropecuária no desenvolvimento regional, os estudos sobre a temática do trabalho como elemento fundante para entender o campo no Brasil, e a precarização das relações de trabalho e formas assemelhadas a trabalho escravo, a intensificação da concentração fundiária com a modernização da agropecuária patrocinada com o agronegócio (canavieiro em particular) no Brasil e as lutas pela terra simultâneas, protagonizadas pelos movimentos sociais, junto à FCT/UNESP/Presidente Prudente; 4) os estudos sobre o avanço do agronegócio e as disputas por terra no Triângulo Mineiro, que se consolidam junto à Universidade Federal de Uberlândia (UFU); 5) a participação dos movimentos sociais na lutas de resistência à construção de barragens no Centro-Sul de Goiás, e os processos de intensificação da mecanização da soja nas chapadas de Goiás e da cana-de-açúcar, bem como as lutas camponesas para permanecer nas terras ameaçadas e atingidas pelas águas represadas para construção de hidrelétricas (UFG e UFG/Catalão); 6) os recortes regionais e estudos de caso sobre as formas de resistência dos colonos (camponeses) no Rio Grande do Sul, com forte identidade na UFSM; 7) as comunidades de brasiguaios e de acampados que resistem na terra e que se envolvem em ocupações no Oeste do Paraná, particularmente nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, vinculados à Universade do Oeste do Paraná (UNIOESTE); 8) os estudos sobre o avanço do agronegócio da soja no Mato Grosso (UFRJ); 9) as contribuições sobre o avanço da agricultura capitalista em Rondônia, e a as formas de resistência dos povos amazônicos (Universidade Federal Fluminense); 10) os estudos sobre a expansão recente do agronegócio da cana-de-açúcar, as disputas por terra com a soja e a questão indígena no Mato Grosso do Sul, ligados à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); 11) as pesquisas já realizadas e em consecução sobre as formas de ocupação e de inserção da agricultura mecanizada no sertão nordestino, fundadas no referencial do meio técnico científico-informacional, protagonizado por Milton Santos, com foco prioritário sobre os investimentos públicos e privados voltados aos projetos de produção de frutas para exportação, ou os Perímetros Irrigados, objeto de estudo dos colegas que estão sediados junto à Universidade Estadual do Ceará (UECE); 12) a temática dos projetos de exportação de frutas (melão, manga), de carcinicultura, ações em torno da luta pela terra, também têm ocupado pesquisadores e estudantes de Graduação e de Pós-Graduação de outras universidades nordestinas (Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco), da mesma forma que as situações de trabalho do camponês no sertão e os investimentos das políticas públicas, como Bolsa Família etc.; 13) a participação dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra na Paraíba e as formas de resistência na terra (Universidade Federal da Paraíba) etc. Outros tantos assuntos, inclusive a funcionalidade de sementes transgênicas no desenvolvimento regional, a importância da industrialização/quimificação da agricultura para aumentar a produtividade e a produção de alimentos também manifestam interesse da comunidade.

Antes que pairem dúvidas as diferenciações entre os pesquisadores e Grupos de Pesquisa vão se explicitar diante do que acabamos de expor e estarão sempre mediatizadas pelos nossos posicionamentos a respeito dos principais temas e assuntos que compõem a questão agrária no Brasil. Ou seja, é imprescindível identificarmos com precisão os posicionamentos teórico-metodológicos de cada pesquisador, dos Grupos de Pesquisa, inclusive, porque isso é que fará a diferença em relação às compreensões de Geografia agrária, de sociedade, e não propriamente das correntes teóricas[3] que, como dissemos, têm que ser repensadas e reformuladas para corresponderem à situação de agora.

[3] A esse respeito ver: – em alguns casos disponíveis, como Ferreira (2001), Bray (2008), Fernandes (2008), Oliveira (2004).

...E qual o papel da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar, da emancipação social da classe trabalhadora do metabolismo do capital...?

Poderíamos começar pela necessidade de uma Reforma Agrária soberana, autônoma e massiva. Que fosse um projeto voltado para a organização da produção em bases familiares e sustentáveis social e ambientalmente; a grilagem, a criminalização das comunidades tradicionais; e os massacres, perseguições, trabalho escravo e infantil?

A priorização das culturas para exportação e a total desatenção com as normativas ambientais, com o Código Florestal[4], com a Soberania Alimentar; e o temido desmatamento de todos os biomas para a expansão das pastagens, áreas de plantio de soja, cana-de-açúcar, construção de hidrelétricas, comercialização ilegal de madeira - com forte impacto na Amazônia e no Cerrado -, que resiste a troca de ministros, comando e reorganicidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

No entanto, ganha dimensão de política pública com certos privilégios para os setores hegemônicos, como o Programa Amazônia Sustentável (PAS), egresso do próprio Gabinete da Presidência da República, a Medida Provisória 458. Ou então, sobre a distribuição de renda, da propriedade da terra, continuar apostando na propriedade privada? O que dizer dos requeridos zoneamentos agroambientais para limitar a fúria destrutiva do capital, como se houvesse alguma possibilidade para que isso se efetivasse, e daí se resguardar as áreas para produção de alimentos e garantir a segurança alimentar e as áreas para agricultura para exportação! Tamanha eficiência não combina com a crise civilizatória particular da sociedade do capital, ou seja, sua face econômica é apenas uma das, e que o capitalismo implodiu por seus próprios desmandos.

O descumprimento das leis trabalhistas e das Normativas Regulamentadoras (NRs), dos contratos de trabalho. E os processos migratórios que todos os anos se realizam, via de regra, ilegais, desprovidos de amparo legal. O que estamos pensando em relação ao futuro do trabalho, da sociedade, a permanecer a hegemonia do capital, seu sistema metabólico? Apostar nas formas de inclusão e em projetos que possam melhorar a formação técnica e profissional dos trabalhadores via as ações do Pronera? Em relação às populações de famintos e desempregados que engrossam as linhas de exclusão, vamos esperar o "carnaval passar"?

Creio que esses temas ou assuntos deverão identificar o que ainda hoje se trata como correntes teóricas da Geografia agrária, e com muitas dificuldades chegaremos às classificações desejadas por alguns, ou seja, herméticas, identificadas com os nomes dos principais representantes e suas obras. No entanto, estamos querendo afirmar que, o que nos diferencia são nossos posicionamentos e resultados concretos das nossas ações e intervenções em Geografia agrária e na vida em geral, e não os carimbos vinculados às amarras das correntes teóricas, e aos *a prioris*, tão indesejados e limitantes.

Sabemos, por conseguinte, que o que nos interessa é nos desafiarmos a compreender as novas configurações do trabalho e do movimento constante que empreende novos conteúdos à sua plasticidade, hoje, e que ultrapassa os limites do trabalho estranhado, o qual, por sua vez, não mais se restringe propriamente ao trabalhador assalariado. Tampouco

[4] Prestes a ir para plenário no Congresso Nacional e nesse momento envolvido nos acertos finais junto às lideranças partidárias, as reformas no Código Florestal já consumam vitórias do governo nas comissões especiais na Câmara. As discordâncias manifestas pelos movimentos sociais, pesquisadores e políticos preocupados com as distorções em pauta no Projeto de Lei n° 1876/99, mais o substitutivo apresentado à Comissão pelo Deputado Federal Aldo Rebelo (PC do B/SP), estão direcionadas para: anistia completa para quem desmatou; abolição da Reserva Legal para a agricultura familiar, ou para as propriedades com até 4 módulos fiscais (que representam 90% dos imóveis rurais no Brasil); compensação desta reserva fora da região ou da bacia hidrográfica; transferência do arbítrio ambiental para os Estados e Municípios. O retrocesso que se anuncia para a presente reforma, quando se observa os elementos fundantes do Código, desde 1934 e depois em 1965 (Lei n° 4771, de 15 de setembro), ainda não convenceram setores majoritários da sociedade civil, sendo que está-se diante de uma escandalosa guinada para atender aos interesses de latifundiários e do empreendedores do destrutivismo imperante em torno do modelo de uso/exploração da terra pelo agronegócio exportador .

qualquer tentativa de compreensão do universo do trabalho e de suas contradições, os princípios de resistência e de construção do socialismo pela classe trabalhadora devem prescindir da compreensão da realidade/especificidade do conflito social e de classe, guiado pelo processo social historicamente definido. Tendo consciência de que esse processo de luta se amplia e requalifica o conflito de classe, no mundo atual, ao propor essa vinculação, estamos nos habilitando a apreender o processo contraditório que demarca o universo da classe trabalhadora.

Assim, a construção teórica do conceito de classe trabalhadora, com vistas a responder nossa questão imanente de pesquisa, comparece como um dos principais desafios. Esse processo é produto das reflexões críticas e das contribuições que estamos colhendo das pesquisas e dos aprendizados em curso, bem como da aproximação e militância junto aos movimentos sociais, que continuaremos buscando de todas as experiências da nossa lavra intelectual individual e coletiva, e de outros pesquisadores.

Essas novas experiências de vida para a classe trabalhadora poderão fundamentar a identificação de princípios relacionais em busca de sentido dentro e fora do trabalho, romper com a dominação de classe e com o funcionamento da lógica do capital, nas lutas de resistência, nas construções cotidianas do novo, de modo permanente. Sabendo, pois, que o domínio do capital é objetivo, material e subjetivo, ele precisa ser negado, destruído, em todas essas frentes, mas também deve ser a base de construção para o novo, de uma sociedade emancipada e de um mundo sem exploração, alienação ou fronteiras.

Não obstante, se continuarmos insistindo nas limitações, tanto embasadas na extensão teórica e política do conceito de trabalho, quanto nos valores predefinidos pela divisão técnica do trabalho, para aceitarmos a identidade fragmentada como a única capaz de oferecer as saídas para a atual crise, não nos será possível ir além do visível e das convenções *apriorísticas*.

A busca de alternativas para os trabalhadores ou para a classe trabalhadora não deve ser delegada às políticas públicas, ao Estado, tampouco às forças conservadoras que o compõem. É por meio das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais, que será possível construir novos referenciais de sociedade, sem que "esperemos sentados" que esse processo seja construído. Muito menos que nos desesperancemos diante do fato de que a Guerra Fria acabou, portanto, não há nenhum motivo para encarnar a resistência do trabalho e que dificilmente a alternativa socialista compareça no dia-a-dia das lutas dos trabalhadores[5] e trabalhadoras brasileiros, latino-americanos etc. Entretanto, não devemos prescindir das cobranças e exigências junto ao Estado, para garantir direitos adquiridos e conquistados, acesso aos recursos públicos, políticas públicas para manter firme o princípio da luta por direitos, inclusão social etc. Na mesma direção, a defesa das políticas compensatórias, inclusive as ações que se inscrevem no âmbito da reforma agrária, ou melhor, na política de assentamento, significa manter um grupo cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras sob dependência do Estado.

Os movimentos sociais ocupam, nesta virada do século XXI, lugar central no processo de resistência e de construção de novos referenciais que já se anunciam, ainda que timidamente e povoado de contradições, em direção a outro cenário social. Todavia, essa caminhada tem exigido o combate contundente do modelo de sociedade que não acata, como seu, a reforma agrária ampla, irrestrita, soberana e sob o controle dos trabalhadores, e não compreende que o acesso à terra, para aqueles que nela pretendem trabalhar e dela retirar seu sustento, contribuindo para o fornecimento de alimentos sanos e de qualidade para as comunidades próximas, também possa ser fundante. Os exemplos são inúmeros, mas poderíamos enfatizar que se faz necessário repor em questão o trabalho na dimensão da reforma agrária e da soberania alimentar, como cenários a serem construídos com base nas formulações de alternativas que visem à edificação de uma sociedade emancipada, que sejam explicitados os horizontes para a radicalização do projeto societário socialista.

[5] Otero (2004) expressa esse posicionamento, quando se propõe compreender o que está se passando no interior das lutas camponesas e operárias no México, no século XXI.

Todavia, para nós não há hierarquia nas ações dos movimentos sociais, nas lutas sociais, se nos campos, se nas cidades. Não concordamos com os modelos preconcebidos de análise da sociedade, ainda tão em uso, particularmente aqueles que secundarizam as lutas enraizadas nos movimentos sociais que têm como foco de ação a questão da terra, sob a obtusa defesa de tratar-se de instância de somenos importância, pois o que importa é compreender os processos que se vinculam às faces modernas do sistema social ou, ainda, a atenção ao camponês, sujeito social já em decadência ou não constituinte do capitalismo, que ofusca o proletariado.

Em países como o Brasil, não somente esse assunto é marcante social, política e economicamente, como também põe em evidência a necessária retomada da questão da terra, o que, em primeira instância, ao arrepio do próprio significado e conceito constitucional da terra, a qualificaria, segundo o artigo 186 da Constituição Federal, como um bem sujeito a critérios econômicos, sociais e ambientais legitimadores da propriedade fundiária. Esse é, pois, um dos principais aspectos que faz da terra, no nosso entendimento, aspecto particular da questão agrária, no Brasil, que envolve relações de posse e formas de uso.

Portanto, não é a defesa inconteste da propriedade ou do direito de propriedade que está em questão, mas sim os mecanismos que permitam recolocar em "xeque" a estrutura de poder de classe do capital, da burguesia agrária, latifundiários, especuladores, conglomerados transnacionais, enfim, os setores hegemônicos que barram a reforma agrária e as políticas públicas voltadas para viabilizar assentamentos e a agricultura camponesa.

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil.

Temos que considerar que, além de serem evidentes os problemas referentes à posse, ao acesso e à propriedade da terra, que se somam há mais de cinco séculos e dão sustentação ao modelo que se fortaleceu desde a colonização, nas grandes dimensões das propriedades, e que foi agregando no seu arco de determinação setores que não mais se restringem ao passado da aristocracia latifundiária, e que têm, em suas fileiras, segmentos dos diversos ramos de atividade (industrial, bancário-financeiro, terciário). Em torno disso se refaz constantemente a estrutura de poder que dá identidade de moderno e de atual aos mesmos argumentos que, há algumas dezenas e centenas de anos, definiam formas de uso e exploração da terra na agricultura de exportação.

De modo análogo, a não aposta na estrutura familiar/camponesa de organização e exploração da terra obliterou as possibilidades de superação do exclusivismo colonial em detrimento de milhares de camponeses, agregados, colonos, arrendatários, que, não podendo se manter na terra, vivenciaram diferentes modalidades de desterreamento, culminando com a migração para os centros urbanos, que os esperava para desempenhar atividades urbanas, ou mesmo que retornassem ao campo, mas já na condição de diaristas não residentes. Ou, ainda, que fossem buscar a retomada da sua condição anterior, ocupando terras em outras porções do território, ou mesmo compondo a franja de desempregados e do exército industrial de reserva.

E é nesse processo contraditório de desenvolvimento do capital que se tem, no campo, a intensificação de relações capitalistas e também não essencialmente capitalistas, donde se faz verdade a expulsão, a expropriação, a subordinação, a sujeição da estrutura camponesa, como já vimos.

Se nos propomos o desafio de entender, de fato, o que ocorre na estrutura de classe, em nosso país, no que toca às relações que redefinem profundamente os sentidos do trabalho, nos campos e nas cidades, e suas repercussões quanto ao crescimento da informalidade e das diversas expressões da precarização, desemprego em massa, seguramente não poderíamos dissociar esse quadro geral do papel social, econômico e político da *totalidade viva* do trabalho. Como é por dentro do próprio movimento social que as alternativas de alcance popular são construídas, no jogo de forças entre as classes ou no âmbito dos diferentes projetos de sociedade, uma parte da sociedade já entendeu que é urgente a tomada de

posição em favor da reforma agrária, da soberania alimentar. Organizações de pequenos agricultores, camponeses, sem terra, trabalhadores rurais assalariados, povos indígenas, pescadores artesanais, juventude rural juntaram-se, ao longo dos últimos dez anos, e protagonizam um *choque histórico* "entre dois modelos de desenvolvimento econômico, social e cultural para o contexto rural" (ROSSET, 2006, p. 319) e, poderíamos acrescentar, com grande capacidade mobilizatória para envolver outros segmentos da classe trabalhadora.

Considerações finais

É pouco provável que em termos de Geografia agrária brasileira tenhamos mais consistência e acúmulo de aprendizado do que o que se constrói em nível nacional em torno dos ENGs, ENGAs e Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), sem contar os eventos de menor porte, de cunho regional/local que têm contribuído de forma destacada e juntado estudantes, pesquisadores e fortalecido, em conjunto a Iniciação Científica e a Pós-Graduação. Apesar de haver esses espaços de discussão sobre as reflexões em Geografia, os debates ainda são restritos. É importante que o leitor não seja confundido com realização de eventos e a existência de debates, onde se faça presente todas as correntes do pensamento. Na minha opinião é que em se tratando de Geografia agrária estamos no caminho certo, mas a cultura do debate terá que continuar a ser construída.

Somente, nos últimos anos, tem havido uma mudança de comportamento por parte desses protagonistas e mesmo das entidades e agremiações que organização os eventos, acompanhado da avaliação do quanto estamos todos nós perdendo com os posicionamentos reservados e sectários, até porque desde o início dos anos 2000 a AGB tem participado também da organização dos ENGAs, sendo que os SINGAs, sempre mantiveram proximidade com a AGB. Mas é notório que para os diferentes pesquisadores em Geografia agrária, ainda com referência nos principais eventos nacionais, que a questão da terra permanece um tema vivo no Brasil.

Apesar de esse assunto ser polêmico e carregar em si diferentes enunciados, projetos de sociedade, alternativas de desenvolvimento, conforme listamos acima a complexa trama de formulações que nos junta e nos divide, ao seu entorno, consequentemente, temos diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e os respectivos rebatimentos político-ideológicos, inclusive com rebatimentos junto aos órgãos de fomento à pesquisa, os pactos de classe que estão na base da gestão pública, nas diferentes escalas. Mas a perseverança no estreitamento de relações junto aos movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra que ocupam lugar central no protagonismo das ações de resistência, bem como as opções político-ideológicas que nos aproxima e identifica com ações emancipatórias, seguramente demarcam o debate no âmbito do marxismo na Geografia agrária, e não os apelos às citações, à retórica acadêmica de fachada, recurso, aliás, empobrecedor do debate e que confunde as novas gerações de estudantes, professores e pesquisadores em Geografia.

Enfim, poderíamos enumerar mais um sem número de elementos que gravitam em torno da temática da terra, e não apenas da questão agrária, porque dessa forma alguns dos sujeitos lembrados acima ficariam de fora, pois não apostam e não compreendem que há uma questão agrária no Brasil. (FERNANDES, 2008).

De todo modo, o que queremos com esse raciocínio é chamar atenção do leitor para o fato de que a Geografia agrária tem como elemento fundamental e fundante o fato de termos uma questão agrária no Brasil salientada desde sempre pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira em suas palestras e artigos e por mim acatada e defendida habitada, pois, por contradições, polêmicas históricas e renovadas nos últimos anos pelos efeitos irradiadores do destrutivismo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas através do agronegócio, em particular na primeira década do segundo milênio. O divisor de águas deve ser sempre posto e aclarado por todos aqueles que fazem do debate momento único para o aprendizado.

Todavia, estamos aprendendo com os casos pesquisados e as informações a que temos tido acesso, através de outros estudos, o quão rico e desafiador é esse assunto, no

Brasil do século XXI, ou seja, a interação entre processo social e a questão da terra faz emergir problemas centrais em torno da estrutura social, os conflitos e embates de classe, a produção de alimentos, a soberania alimentar etc. Sem ocupar o horário nobre da televisão, a fome, irmã siamesa do modelo de produção de alimentos voltada para a exportação, em vigência, reverbera as desigualdades materiais entre os seres humanos e têm produzido sérios danos à saúde e à vida de bilhões de homens, mulheres e crianças, em todo o mundo.

Queremos afirmar que, seja qual for a formulação que se assuma, é necessário amparála teórico-conceitual-politicamente, para não ficarmos apostando num mero jogo de palavras, escapando-nos a compreensão de que tais terminologias se expressam em termos de ações do Estado (a políticas públicas), dos setores hegemônicos do agronegócio (o que vale é exportar!) e formadores de opinião (não há mais espaço para a enxada na agricultura!), espraiando-se e revigorando-se no âmbito dos trabalhadores, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos sociais, e o contra-discurso ser plasmado com tudo isso e assumir como seus os pressupostos dos dominantes. Da mesma forma, pouco ou quase nada valerá nos remetermos às correntes teóricas da Geografia agrária fazendo relações com passado distante e nos esquecendo dos vínculos dos pesquisadores com as demandas de agora, ou seja, quais os nossos papéis em relação à questão agrária atual, com a reforma agrária, com a construção do socialismo?

Referências

ANDRADE, M. C. O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. Recife: Ministério do Interior, 1975.

BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil. **Campo Território**, Uberlândia, v. 3, n°5, p. 5-13, fev. 2008.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. O. Geografia agrária – Metodologia da Pesquisa, **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 9, n°. 17 e 18, 1979, p.59-68.

DINIZ, J. A. F. A renovação da geografia agrária no Brasil.Simpósio Renovação da Geografia, AGB. XXV Reunião Anual da SBPC, **Anais...** Rio de Janeiro, 1973. p.29-81.

GALVÃO, M. C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **Campo Território**, Uberlândia, v.2, n. 4, p. 5-18, ago. 2007.

GUSMÃO, R. P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo Território**, Uberlândia, v. 1, n° 2, ago., 2006, , p. 3-11.

ETGES, V. E. Geografia Agrária - A Contribuição de Leo Waibel. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2000.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.173-224.

FEREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: **Terra Livre**. São Paulo: nº 16. 1º Semestre/2001. p.39-70.

FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo Território**, Uberlândia, 2, v. 1, n° 4, p. 82-97, ago. 2007.

MOREIRA, R. (Org.). **Teoria crítica** (O saber posto em questão). Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, A. U. . Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I M. (Org.). **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de justiça social**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

OTERO, G. **Adiós al campesinado?** Cidade do México: Universidad de Zacatecas, 2004.

PRADO JUNIOR, C. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão 30. Brasília: Embrapa, 2008. ISSN 1677-5473. 73p.

SUZUKI, J. C. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, G.J; RUA, J; RIBEIRO, M. A. (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia** a**grária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de marcado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (org.). Capturando a terra. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 315-342.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. **Campo Território**, Uberlândia, V. 1, N° 1, p. 1-16, fev. 2006.

WAIBEL, L. O sistema da geografia agrária. In.: _____. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 3-8.